



Ata da 329ª reunião do Conselho da Ordem dos Advogados, Seção de Pernambuco.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de junho do ano de 1959, às dezesseis horas, na sala de reuniões no 4º andar do Palácio da Justiça, esteve reunida em sessão ordinária, Conselho da Ordem dos Advogados, Seção de Pernambuco, sob a presidência do Sr. Conselheiro Carlos Moreira, vice-presidente em exercício, reunido como primeiro Secretário ad-hoc o Conselheiro Antonio Ferreira Magalhães e como segundo secretário o Conselheiro Luiz Rafael Mayer, presentes ainda os Conselheiros Sérgio Mizuno, Sigismundo Caleral de Melo, Rodolfo de Albuquerque Araújo, Pelágio Silveira, Berquedeiro Elliot, Luiz Pinto Ferreira, Geraldo Almeida e Artur Reinaldo Maia Alves. No expediente, o Sr. 1º Secretário procedeu a leitura de requerimento de pedido de licença por 60 dias do Conselheiro Luiz Rafael Mayer, que foi concedido pelo Sr. Presidente, o qual designou para substituí-lo, nas funções de 2º Secretário, o Cons. Reinaldo Câmara. Na ocasião o Sr. Presidente propôs e foi aceita a convocação do Dr. Gustavo Paashaus, para preencher, temporariamente a vaga, ainda aberta no Conselho. Passou-se à leitura de uma proposição suscrita por grande número de Conselheiros, pedindo um voto de louvor ao Cons. José Cavalcanti Neves pela sua atuação à frente da Secretaria dos Negócios do Interior e Justiça do Estado. A proposição foi-



aprovada por unanimidade, reconheceu do-se, que o Conselheiro José Cavalcanti Neves, nas aludidas funções, se houve de maneira altamente honrosa e dignificante para a classe dos advogados. Em seguida foi lida uma carta do Cons. José Cavalcanti Neves declinando, em caráter irrevogável, da homenagem que estava sendo programada por seus colegas de classes alegando, para tanto, que, em face da conjuntura política corrente, aquela solidariedade de seus colegas poderia ser interpretada como tendo objetivos políticos, no que elle não desejava envolver a classe. Foram lidos officios do Conselho Federal, um comunicando a aprovação do relatório e contas da Secção local e outro comunicando, digo, convidando o órgão para mandar representante a uma reunião de assuntos jurídicos no Distrito Federal. Por fim, se fez a leitura de um officio do Promotor Público da Comarca de Brejo da Madre de Deus, que encarecia-providencia contra a atuação de um particular que, incumbido pela Prefeitura local da defesa dos presos políticos, se houve mal no andamento de negócios de interesses de herdeiros. O Sr. Presidente, entendendo que o assunto fugia à alçada da Ordem, pois não se tratava de advogado achou que o procedimento criminal intentado do officio na Comarca esgotava o assunto. Assim não entenderam o Cons. Geraldo Almeida, que sugere



-riu se mandasse o assunto à comissão competente. Após ligeira discussão, a pedido do referido Conselheiro, a matéria foi adiada. Com a palavra, o Cons. Pelágio Silveira deu conhecimento das medidas encetadas para remoção, para a sede da Ordem, da biblioteca doada pelo falecido Magnifico Reitor Joaquim Amagnas, historicando, em detalhes, de como o falecido se empenhava, apesar de as vésperas da morte, em ultimar a transferência de tão preciosa doação. Ressaltou o Cons. Pelágio Silveira que, tal era o interesse e apreço do Reitor Amagnas pela Ordem, que, a sua preocupação maior antes de morrer, era que se fizesse a transferência da biblioteca com ele em vida. Por fim, o Cons. Pelágio Silveira fez uma indicação no sentido de que se desse à biblioteca da Ordem o nome do Reitor Joaquim Inácio de Almeida Amagnas, lembrando, nessa oportunidade, a retirada do nome do pai do ilustre morto, que era pouco conhecido dos adreçados. Continuando com a palavra, o Cons. Pelágio Silveira sugeriu que a Ordem promovesse uma sessão fúnebre em homenagem ao Dr. Joaquim Amagnas, indicando para a oração o Cons. Rodolfo Araújo. Quanto à mudança do nome da biblioteca, o assunto foi deixado para ulterior exame, sendo aprovada a indicação da sessão fúnebre e o nome do Conselheiro incumbido da sanção ao morto, deixando-se para data oportuna a realização da solenidade. Ainda com a palavra, o Cons.



Pelaício Silveira, pediu esclarecimento quanto à majoração da quota de seguro, que lhe foram dados. Com a palavra, o leus. Rodolfo Araújo propôs um voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Simões Barbosa, fazendo comunicação à família do morto e ao Tribunal de Justiça, o que foi aprovado. Na ordem do dia, o leus. Berquedo Elliot, como relator, fez o relatório do pedido de ajuda financeira da Sra. Maria Marques de Almeida, viúva do falecido advogado Teófilo Severino de Almeida. Concluiu pela concessão de um auxílio de R\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e pela criação de uma Caixa Beneficente. Em aparte, o leus. Geraldo Almeida sugeriu que o auxílio fosse idêntico a um anterior, concedido à viúva do falecido adv. Rubem Dutra e combatem, por inexecutível, a criação da Caixa Beneficente. Com a palavra, o leus. Pelaício Silveira pede que no concernente ao auxílio, que se ponha em primeiro lugar, em restrição a conclusão do relator. Posta esta em votação, houve empate. A requerimento do leus. Pelaício Silveira, a matéria foi adiada. Nada mais havendo, a tratar, deu-se por encerrada a sessão. E para constar, como primeiro secretário ad-hoc, lavrei a presente ata que assino com o Sr. Presidente.

Ant. Ferreira Moximato.